

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Julgue os itens a seguir, relativos aos atos administrativos.

- 41 No caso de vício de competência, cabe a revogação do ato administrativo, desde que sejam respeitados eventuais direitos adquiridos de terceiros e não tenha transcorrido o prazo de cinco anos da prática do ato.
- 42 São exemplos de atos administrativos normativos os decretos, as resoluções e as circulares.
- 43 O ato administrativo praticado com desvio de finalidade pode ser convalidado pela administração pública, desde que não haja lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.

Com base no disposto na Lei n.º 8.112/1990, julgue os itens seguintes.

- 44 Apesar de as instâncias administrativa e penal serem independentes entre si, a eventual responsabilidade administrativa do servidor será afastada se, na esfera criminal, ele for beneficiado por absolvição que negue a existência do fato ou a sua autoria.
- 45 O servidor em estágio probatório não poderá afastar-se para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere, ainda que com a perda total da remuneração.
- 46 Será cassada a aposentadoria voluntária do servidor inativo que for condenado pela prática de ato de improbidade administrativa à época em que ainda estava na atividade.
- 47 O auxílio-moradia poderá ser concedido a servidor público que resida com outra pessoa que receba o mesmo benefício.

No que se refere aos poderes administrativos, julgue os itens que se seguem.

- 48 O poder de polícia consiste na atividade da administração pública de limitar ou condicionar, por meio de atos normativos ou concretos, a liberdade e a propriedade dos indivíduos conforme o interesse público.
- 49 A legislação autoriza a avocação de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior, desde que tal avocação seja excepcional, temporária e esteja fundada em motivos relevantes devidamente justificados.
- 50 A aplicação da penalidade de multa a empresa privada, no contexto de contrato administrativo celebrado por inexigibilidade de licitação, tem fundamento no poder disciplinar da administração pública.
- 51 Não configurará excesso de poder a atuação do servidor público fora da competência legalmente estabelecida quando houver relevante interesse social.
- 52 O abuso de poder pode ocorrer tanto na forma comissiva quanto na omissiva, uma vez que, em ambas as hipóteses, é possível afrontar a lei e causar lesão a direito individual do administrado.

Em relação aos princípios aplicáveis à administração pública, julgue os próximos itens.

- 53 Em decorrência do princípio da segurança jurídica, é proibido que nova interpretação de norma administrativa tenha efeitos retroativos, exceto quando isso se der para atender o interesse público.
- 54 O servidor público que revelar a particular determinado fato sigiloso de que tenha ciência em razão das atribuições praticará ato de improbidade administrativa atentatório aos princípios da administração pública.
- 55 O princípio da proporcionalidade, que determina a adequação entre os meios e os fins, deve ser obrigatoriamente observado no processo administrativo, sendo vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.
- 56 A indicação dos fundamentos jurídicos que determinaram a decisão administrativa de realizar contratação por dispensa de licitação é suficiente para satisfazer o princípio da motivação.

Considerando a legislação pertinente a licitação e contratos administrativos, julgue os itens subsequentes.

- 57 A garantia da observância do princípio da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável são objetivos da licitação.
- 58 De acordo com a Lei n.º 8.666/1993, o contrato administrativo deve ser escrito, sendo nulo e de nenhum efeito o contrato verbal celebrado com a administração pública.
- 59 Desde que o serviço seja de natureza singular, a contratação de empresa de notória especialização para realizar a capacitação de servidores públicos poderá ser feita por meio de dispensa de licitação.
- 60 É possível estabelecer margem de preferência adicional no caso de produtos manufaturados nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no país.
- 61 O regime diferenciado de contratações públicas pode ser aplicado para a construção, a ampliação e a reforma de estabelecimentos penais.

Julgue os itens a seguir, relativos à responsabilidade civil do Estado.

- 62 Excetuados os casos de dever específico de proteção, a responsabilidade civil do Estado por condutas omissivas é subjetiva, devendo ser comprovados a negligência na atuação estatal, o dano e o nexo de causalidade.
- 63 As empresas prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável exclusivamente no caso de dolo.
- 64 A responsabilidade civil do Estado por atos comissivos abrange os danos morais e materiais.

No tocante ao controle da administração pública, julgue os itens seguintes.

- 65** O mandado de segurança e o *habeas data* são remédios constitucionais utilizados para a realização do controle judicial da administração pública, controle esse que pode ocorrer por provocação ou de ofício.
- 66** O Poder Judiciário deverá manter sistema de controle interno com a finalidade, entre outras, de comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial de seus órgãos.
- 67** A supervisão ministerial exercida sobre as autarquias é exemplo de controle administrativo hierárquico.

Com referência à evolução do modelo racional-legal para o paradigma pós-burocrático, julgue os itens a seguir.

- 68** São princípios inerentes à administração pública burocrática: a impessoalidade, o formalismo e a hierarquia funcional.
- 69** O aparelho do Estado patrimonialista funcionava como uma extensão do poder do soberano e os servidores possuíam *status* de nobreza real.
- 70** Contrapondo-se à ideologia do formalismo e à recompensa pelo desempenho, características da boa administração burocrática, o paradigma gerencial fundamenta-se nos princípios da confiança e da capacitação permanente.

Tendo em vista as convergências e divergências entre a gestão pública e a gestão privada, julgue os itens que se seguem.

- 71** Na gestão pública, o foco das ações é o cliente, indivíduo que manifesta seus interesses no mercado; na gestão privada, é o cidadão, membro da sociedade, que possui direitos e deveres.
- 72** Gestão para resultados e indicadores de desempenho são aplicáveis à gestão pública e à gestão privada.
- 73** Tanto na gestão pública quanto na gestão privada é lícito fazer tudo que a lei não proíbe.

Julgue os seguintes itens, relativos à gestão de clima e cultura organizacionais.

- 74** Em uma cultura organizacional forte, os valores essenciais da organização são intensamente acatados e amplamente compartilhados pelos colaboradores.
- 75** Uma cultura organizacional forte aumenta a consistência do comportamento, funcionando como um complemento da formalização.
- 76** Na avaliação de clima organizacional, verifica-se a percepção, pelos empregados, da ausência ou da presença de determinados aspectos do ambiente organizacional.

Com referência à gestão por competências, julgue os próximos itens.

- 77** As competências organizacionais essenciais são atributos da organização passíveis de serem imitados pela concorrência.
- 78** A aplicação sinérgica de conhecimento, habilidades e atitudes no trabalho gera desempenho profissional.
- 79** O mapeamento de competências se propõe a identificar as lacunas de aprendizagem e os recursos para a concretização da estratégia organizacional.

Julgue os itens subsequentes, relativos a qualidade de vida no trabalho.

- 80** A conciliação dos interesses dos indivíduos e das organizações gera conflitos e reduz a produtividade da empresa.
- 81** Na implementação de programas de qualidade, não se podem descartar o papel da cultura e a mentalidade da organização.
- 82** Reconhecimento, responsabilidade e desenvolvimento profissional são fatores motivacionais que elevam a qualidade de vida no trabalho.

Acerca do planejamento estratégico, julgue os seguintes itens.

- 83** O diagnóstico estratégico possibilita a identificação dos pontos fortes e fracos, assim como das fraquezas e das oportunidades das organizações.
- 84** Quando não forem atingidos os objetivos conforme o planejado, caberá ao gestor modificar as estratégias da empresa e a implementação destas.
- 85** O processo até se chegar à estratégia é predominantemente quantitativo, embasado no estabelecimento detalhado de dados.

Com relação a técnicas de mapeamento, análise e melhoria de processos, julgue os próximos itens.

- 86** Considerada a primeira etapa da melhoria de processos, a normatização proporciona maior operacionalidade dos processos, pois, nela, são elaboradas as normas e fluxos bem como documentação de apoio.
- 87** O *brainstorming* é utilizado como técnica de melhoria de processos, pois facilita para os envolvidos as atividades de identificação do contexto e de diagnóstico da situação atual do negócio.
- 88** A identificação dos processos consiste em relacionar os processos da organização ou área funcional.

Julgue os itens a seguir, referentes ao processo decisório.

- 89** Decisões não programadas costumam caracterizar-se pelo risco e pela incerteza, razão por que demandam uma maior capacidade de análise e de posicionamento do gestor.
- 90** Decisões táticas destinam-se a lidar com problemas de rotina, visando à execução de atividades.
- 91** No caso das decisões programadas, tomam-se por base julgamentos pessoais, uma vez que essas decisões são demandadas em condições nas quais o ambiente é estático, com um alto grau de certeza.

Com relação a características das organizações formais modernas; tipos de estrutura organizacional; natureza, finalidades e critérios de departamentalização, julgue os próximos itens.

- 92** A estrutura matricial prejudica a coordenação porque dificulta a comunicação e diminui a flexibilidade.
- 93** No desenvolvimento do processo de departamentalização, deve ser levado em consideração o clima da organização tanto na área formal quanto na informal.
- 94** A estrutura organizacional é a configuração vertical e horizontal de tarefas, autoridade e cargos, e sua representação é feita por meio da departamentalização.

Acerca dos fundamentos de administração financeira e orçamentária, julgue os itens a seguir.

- 95** A consequência legal da inclusão de uma despesa no orçamento público é diferente da consequência legal da inclusão de uma receita nesse orçamento.
- 96** É vedada a inclusão de dotações orçamentárias destinadas a despesas correntes de propósitos distintos.
- 97** Os princípios da unidade e da universalidade são válidos, ainda que haja orçamentos diferentes no âmbito de cada ente da Federação.
- 98** O ciclo orçamentário começa a partir da mensagem presidencial que encaminha o projeto de lei orçamentária ao Congresso Nacional.
- 99** A proposta orçamentária do Poder Legislativo deve ser apresentada ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo.
- 100** Se determinado órgão público elaborar um plano que envolva apenas sua área de atuação, esse plano deverá ser submetido ao sistema de planejamento e de orçamento federal.

A respeito dos principais mecanismos no planejamento e execução do orçamento público, julgue os itens que se seguem.

- 101** A fonte de um indicador no plano plurianual constitui o conjunto de receitas que será utilizado para o programa temático.
- 102** Determinada alteração na legislação tributária somente poderá entrar em vigor depois de regularmente autorizada pela lei de diretrizes orçamentárias.
- 103** O órgão público que realizar operação de crédito por antecipação da receita orçamentária deverá liquidar essa operação antes do final do exercício financeiro.
- 104** A classificação da receita para apuração do resultado primário é obrigatória para todos os entes da Federação.
- 105** A identificação da localização do gasto público na estrutura programática é feita por meio do subtítulo.
- 106** É vedado alterar atributos dos créditos orçamentários sem autorização da lei orçamentária anual ou de créditos adicionais.

Com relação às técnicas de execução financeira e orçamentária, julgue os itens seguintes.

- 107** A consulta aos tipos de eventos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) pode ser filtrada por parâmetros especiais que estão disponíveis para todos os usuários.
- 108** A descentralização de créditos orçamentários deve ser acompanhada da modificação da unidade orçamentária na classificação institucional.
- 109** A verificação do cumprimento das metas fiscais durante o exercício financeiro depende da programação financeira.

Julgue os próximos itens, relativos a receita e despesa públicas.

- 110** A proposta de aplicação de penalidades no caso de atraso de pagamento de determinada receita pública constitui procedimento estranho aos estágios de execução dessa receita.
- 111** Os créditos classificáveis na dívida ativa devem ser registrados no ativo de longo prazo até o seu recebimento ou cancelamento.
- 112** É vedada a utilização de recursos em finalidade distinta da especificada pelo código de fonte de recursos.
- 113** A descentralização ou movimentação de créditos orçamentários integra a etapa de fixação da despesa pública.
- 114** Uma despesa que for regularmente inscrita em restos a pagar ao final do exercício financeiro terá de ser contabilizada como despesas de exercícios anteriores no exercício em que ocorrer o pagamento.
- 115** A dívida fundada deve ser registrada no passivo financeiro.

A respeito da Lei de Responsabilidade Fiscal e do novo regime fiscal, julgue os itens subsequentes.

- 116** A receita corrente líquida é apurada somando-se as receitas arrecadadas no exercício financeiro em curso até o mês de apuração, excluídas as duplicidades.
- 117** Se um órgão público alienar edifício de sua propriedade, os recursos obtidos com a alienação, bem como a destinação desses recursos, devem ser demonstrados em anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias.
- 118** Se determinado ente da Federação emitir títulos para pagamento do principal da dívida mobiliária acrescido de atualização monetária, o montante da emissão integrará obrigatoriamente a dívida consolidada do ente.
- 119** O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas da União sobre as contas prestadas anualmente pelo presidente da República está dispensado de divulgação nos meios eletrônicos de acesso público.
- 120** Se o Senado Federal ultrapassar o limite individualizado de despesas definido pelo novo regime fiscal, a Câmara dos Deputados ficará proibida de promover alteração na estrutura de suas carreiras que implique aumento de despesa até o final do exercício em que as despesas do Senado Federal retornarem aos respectivos limites.